

continuação



Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS  
CNPJ nº 69.983.484/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** Constituída em 02 de setembro de 1993, a **Gás de Alagoas S/A - ALGÁS** ("Companhia" ou "ALGÁS") é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 5.408, de 14 de dezembro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do estado. A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Alagoas, conforme contrato de concessão firmado em 17 de setembro de 1993. **Guerra na Ucrânia:** A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, causando impacto nas economias mundiais e efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities. Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações para a Rússia afetaram o preço do petróleo e gás natural. A elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, também pressionou os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causou desaceleração das economias mundiais e alta da inflação. Em função do conflito, o mercado europeu é o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, os efeitos tendem a ser mais inflacionários. A Companhia está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, e a Lei nº 13.303/2016), e Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em "real", que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras em "real" foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas; e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas contábeis que afetam os resultados relevantes sobre os contratos são reconhecidas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e os recebíveis decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor líquido, incluindo as despesas por efeito de provisão de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. A provisão para perda na realização de contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente, pela administração, para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **ii. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida, mensurados ao custo amortizado. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outros contas a pagar. A Companhia também possui contrato de venda de gás junto aos seus clientes, no qual estes estão obrigados a retirada mínima de gás, quando estes usuários não alcançam o compromisso mínimo de retirada de gás ocorre o **take-or-pay** e a Companhia emite cobrança através da aplicação da tarifa de venda sobre o gás devido ao volume mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente se verificou, sendo este valor recuperável pelas unidades usuárias clientes, dessa forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse **take-or-pay** e descarta em futuras posteriores a serem pagas por seus clientes, sempre que o consumo exceder ao volume mínimo a que o usuário está obrigado a cumprir, o valor registrado sofre atualização sempre que houver alteração da tarifa de venda do gás. **Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.** Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. **c. Intangível:** Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizada no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão. A Companhia tem assinado com o Estado de Alagoas Contrato de Concessão dos Serviços Locais de Gás Canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. **Será mantido o Contrato, o poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.** Ainda segundo o Contrato de Concessão, o poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICP 01 (R1). Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível todos os investimentos feitos no período de construção de uma formação diáqueita (ativos recuperáveis (infraestrutura) ao poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da concessão, ou seja, em um prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato. Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico. **Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás são reconhecidos pelo custo amortizado, tendo a Companhia o direito à devolução do correspondente aos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão.** Os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. **d. Avaliação do valor recuperável de ativos - impairment:** i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Ativos não financeiros: O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e quanto aos riscos específicos do ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sofrido aumento, diminuído ou que não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e. Passivo circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis operacionais, quando aplicável, dos contratos em andamento com o regime contábil de competência. As mudanças incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **f. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **g. CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente:** O IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. De acordo com o referido Pronunciamento Técnico, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de fornecer for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Em linha com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de fornecer for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia mantém o tratamento contábil para todas as operações de desempenho existentes. **h. CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros:** A Companhia adota a IFRS 9 (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que inclui requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, inclusive: (a) requerimentos de **impairment** para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação "o valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

direito de uso. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo: (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor, utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a Companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **J. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%, com exceção das vendas de gás natural para as empresas enquadradas no Regime de Arrojados Produtores Locais, nos termos do Decreto Estadual nº 2.264, de 24 de novembro de 2004, as quais são isentas de ICMS. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, conforme nota explicativa nº 21. ii. Impostos e contribuições sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano, para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente devido sobre o lucro tributável do período são integralmente recolhidos por antecipação. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, conforme descrito anteriormente, não existindo saldo a pagar na data do balanço. A Companhia possui redução de 75% do imposto de renda para o período de 10 anos compreendido entre 2019 e 2028, sobre o lucro da exploração, conforme Laudo Constitutivo nº 0135/2019 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. **K. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros são avaliados pelo valor justo. Quando aplicado, as informações sobre o valor justo são apresentadas nas premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas a respeito do ativo ou passivo. **I. Demonstração do valor adicionado - DVA:** A demonstração do valor adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada, pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo os termos contidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoas físicas e jurídicas, em termos de salários, remuneração de capitais de terceiros, remuneração de capitais próprios. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estavam representados da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	3.492	442
Aplicações Financeiras	65.010	46.800
	<b>68.502</b>	<b>47.242</b>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundos de Renda Fixa pós-fixados e a Certificados de Depósitos Bancário - CDB, estes últimos remunerados à taxa de variação de 95% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sendo que ambos possuem liquidez imediata e não estão sujeitas a variações significativas de valor. Estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo reconhecidos contabilmente pela taxa efetiva de juros. **5. Contas a receber de clientes e partes relacionadas:** O contas a receber da Companhia estava assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes	34.225	36.989
Partes relacionadas	159	78
Provisão para perda na realização de contas a receber	(830)	(943)
	<b>33.558</b>	<b>36.124</b>

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	31.115	34.615
Vencidos até 90 dias	2.371	256
Vencidos a mais de 90 dias	902	2.196
	<b>34.388</b>	<b>37.067</b>

**6. Estoques:** Os estoques estavam assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Estoque de gás natural	247	226
Almoxarifado operacional	2.18	1.190
Adiantamentos a fornecedores	7	1
Materiais em poder de terceiros	535	649
	<b>2.907</b>	<b>2.082</b>

**7. Tributos a recuperar:** Os tributos a recuperar apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre aplicação financeira	1.546	2.556
Antecipação de IRPJ	2.375	2.330
Antecipação de CSLL	178	1.193
ICMS a compensar	488	188
PIS	-	8
COFINS	-	38
	<b>4.789</b>	<b>4.013</b>

Circulante  
Não Circulante

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	3.359	920
Não Circulante	1.430	3.093
	<b>4.789</b>	<b>4.013</b>

**8. Despesas antecipadas:** Estavam representadas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguros a apropriar	38	37
Licenças de software a apropriar	518	83
Outros valores a apropriar	29	24
	<b>585</b>	<b>144</b>

**9. Títulos e Valores Mobiliários:** Se refere a depósitos em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil (Ag. 031 - conta nº 12.505-0 - Garantia de Financiamento e conta nº 053576-2 - Reinvestimento), referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, decorrente de incentivo fiscal do reinvestimento do imposto de renda, de depósitos efetuados até 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa nº 20. iv.

	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Nordeste do Brasil	4.512	2.781
	<b>4.512</b>	<b>2.784</b>

**10. Imobilizado:** A Companhia adota o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. No caso do primeiro, o arrendatário deverá reconhecer os ativos, que devem ser depreciados, bem como os passivos oriundos de um arrendamento. O impacto nas contas do grupo ocorre principalmente com relação ao contrato de arrendamento da sede administrativa, e que estava assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não Circulante	2.284	1.478
Imobilizado (direito de uso)	-	(1.108)
Total do Ativo	<b>2.284</b>	<b>370</b>

**Passivo Circulante**

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento a pagar (direito de uso)	2.876	501
(-) Juros a transcorrer (direito de uso)	(529)	(25)
	<b>2.347</b>	<b>476</b>

**11. Intangível:** O intangível está constituído basicamente por valores representativos do contrato de concessão (ICPC 01 (R1)):

	31/12/2022	31/12/2021
Custo	-	160
Terrenos	-	3.368
Benefetórias em imóveis de terceiros	-	1.826
Móveis e utensílios	-	52
Veículos	-	198.113
Redes de distribuição	-	13.500
Equipamentos de informática e softwares	-	7
Outros	-	217.052
Materiais - intangível em formação	8.213	8.213
Obras em andamento	2.732	-
	<b>228.035</b>	<b>213.755</b>

**Amortização acumulada**

	31/12/2022	31/12/2021
Amortização acumulada	(136.107)	(121.829)
	<b>91.928</b>	<b>91.926</b>

A movimentação do ativo intangível é assim demonstrada:

	Saldo Inicial	Baixa Transf.	Saldo final	Taxa - %
Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022	
Terrenos	160	-	160	-
Benefetórias em imóveis de terceiros	3.368	-	3.368	100% a.a
Móveis e utensílios	1.826	26	1.852	100% a.a
Veículos	52	-	52	100% a.a
Redes de distribuição	187.387	10.971	198.358	100% a.a
Equipamentos de informática e softwares	12.742	757	13.499	100% a.a
Outros	7	1	8	-
	<b>205.542</b>	<b>11.755</b>	<b>245</b>	<b>217.052</b>
Materiais - intangível em formação	8.213	9.986	9.948	8.251
Obras em andamento	-	2.732	2.732	-
	<b>213.755</b>	<b>24.473</b>	<b>10.193</b>	<b>228.035</b>

**Amortização acumulada**

	31/12/2022	31/12/2021
Amortização acumulada	(121.829)	(14.278)
	<b>91.928</b>	<b>10.193</b>

(\*) A conta de "materiais - intangível em formação" se refere aos investimentos realizados pela Companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.  
(\*\*) As transferências se referem as movimentações dos "materiais - intangível em formação" para obras em andamentos, bem como o encerramento de obras em andamento para custo do ativo intangível em operação.

**12. Fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2021 foi assinado contrato de compra e venda de gás natural entre a supridora Origem Energia Alagoas S/A e a Gás de Alagoas S/A - ALGÁS, momento no qual foi encerrado o contrato com a Petróbras.

	31/12/2022	31/12/2021
Petróleo Brasileiro S.A. (parte relacionada)	49.515	-
Origem Energia Alagoas S/A	-	53.133
Outros	3.288	383
	<b>52.803</b>	<b>53.516</b>

O contrato celebrado com a Origem Energia Alagoas S/A ("Origem Energia") é na modalidade filme inflexível, para aquisição de gás natural, formalizando uma Quantidade Diária Contratual (QDC) de 640 mil m<sup>3</sup>/dia, com eficácia a partir da data de fechamento do SPA e vigência até 31 de dezembro de 2024. O valor estimado do contrato é de R\$ 1.260.000 mil. **13. Obrigações trabalhistas e sociais:** As obrigações trabalhistas e os encargos sociais estavam assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a recolher	353	318
FGTS a recolher	120	108
Participação nos lucros	1.662	915
Férias	1.136	1.040
FGTS sobre férias	90	83
INSS sobre férias	306	281
Outros	55	22
	<b>3.722</b>	<b>2.767</b>

**14. Tributos a pagar:** Os tributos (impostos, taxas e contribuições) estão representados da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS a recolher	60	49
PIS a recolher	125	156
COFINS a recolher	591	721
IRRF a recolher	867	165
Outros	141	78
	<b>1.902</b>	<b>1.277</b>

**15. Dividendos e JSCP a pagar:** O saldo em 31 de dezembro de 2022 corresponde aos dividendos

mínimos obrigatórios previstos no estatuto social da Companhia, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, que foram ajustados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar	6.216	3.628
Dividendos declarados a pagar	(4.191)	(2.50)
Subtotal	<b>10.405</b>	<b>6.132</b>
(-) IRRF dos juros sobre Capital Próprio	(661)	(452)
	<b>9.746</b>	<b>5.680</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia de acordo com a legislação vigente da Lei nº 9.430/95 adotou os juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R\$ 6.216 mil (R\$ 3.628 mil, em 2021) foi contabilizado como despesa financeira, conforme preconiza a legislação fiscal. Portanto, parte do dividendo mínimo obrigatório foi provisionada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para distribuição como juros sobre o capital próprio e dividendos declarados a pagar, sendo o saldo restante apresentado no patrimônio líquido, por se tratar de distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, à disposição dos acionistas para deliberação da destinação na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Dessa forma, o total de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 9.746 mil (R\$ 5.680 mil, em 2021), cujo montante total corresponde aos valores líquidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, fica à disposição dos acionistas no Patrimônio Líquido, em conformidade com o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o valor de R\$ 28.577 mil, a título de dividendos adicionais propostos. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 20 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o cálculo do dividendo mínimo obrigatório é assim demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	50.443	29.327
(-) Reserva legal	(1.124)	(611)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(10.335)	(5.993)
Base de cálculo	<b>38.984</b>	<b>22.723</b>
(x) Percentual mínimo	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do LL	<b>9.746</b>	<b>5.680</b>

**16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão representados da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Nordeste do Brasil - circulante	5.008	4.967
Banco do Nordeste do Brasil - não circulante	6.167	11.175
	<b>11.175</b>	<b>16.142</b>

A Companhia contraiu junto ao Banco do Nordeste empréstimo no valor total de R\$ 40.865 mil, contrato assinado em 25 de março de 2014, com 36 (trinta e seis meses) de carência, pagamentos de parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 28 de abril de 2017 e a última em 28 de março de 2023, sendo R\$ 12.430 mil a juros devidos a taxa efetiva de 7,06% a.a., e R\$ 28.435 mil a juros devidos a taxa efetiva de 8,24% a.a., valores lastreados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Em 24 de maio de 2017 foi celebrado um aditamento (1º termo aditivo) ao referido contrato, estabelecendo o pagamento do saldo devedor em 84 (oitenta e quatro parcelas) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 28 de abril de 2018 e a última em 28 de março de 2025. Em 29 de abril de 2019 foi celebrado o 2º aditivo ao contrato de financiamento no qual substitui o item "Gasoduto Penedo Arapiraca - Tubulações - parcela 4 - R\$ 3.039 mil" pelo item "Fabricação e Fornecimento de Estação de Transferência de Custódia de Pilar e Estação de Regulação de Pressão e Medição Atalaia - Santa Luzia - R\$ 1.222 mil", alterando assim o valor total do financiamento de R\$ 40.865 mil para R\$ 39.048 mil. Em 2020, devido ao impacto da COVID-19, amparado no art. 2º da Resolução nº 4.798 (BACEN), foram suspensas as parcelas do período de abril a dezembro de 2020, retornando ao pagamento normal a partir de 28 de janeiro de 2021. A fiança garantidora do financiamento foi emitida pelo Banco Bradesco S/A, remunerada à taxa de 2% a.a., cobrável mens e antecipadamente sobre o valor affiançado. **17. Outros passivos:** Os outros passivos estavam assim compostos:

	31/12/2022	31/12/2021
Direitos de uso de arrendamentos a pagar	2.876	501